



Mais integrado, conectado e seguro.

## Demonstrações Financeiras

# 2022

A Omnilink, empresa brasileira criada em 1999, é referência em soluções tecnológicas integradas de alta disponibilidade e confiabilidade para gerenciamento de risco, gestão de frotas, monitoramento de veículos, telemetria avançada, iscas eletrônicas de carga e câmeras embarcadas, utilizando o que há de mais moderno em conectividade via celular, via satélite e redes de longo alcance, como a tecnologia LoRa.

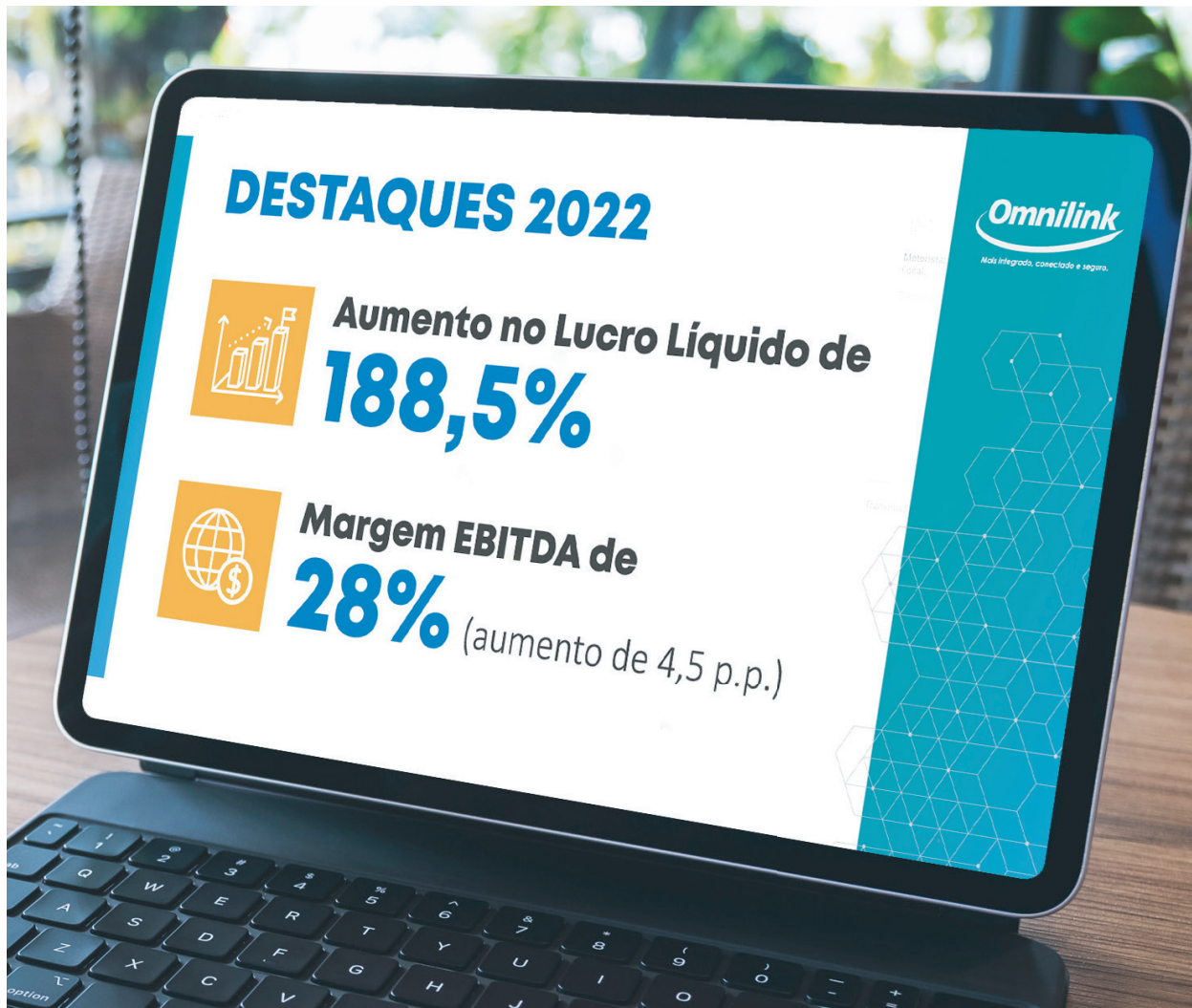
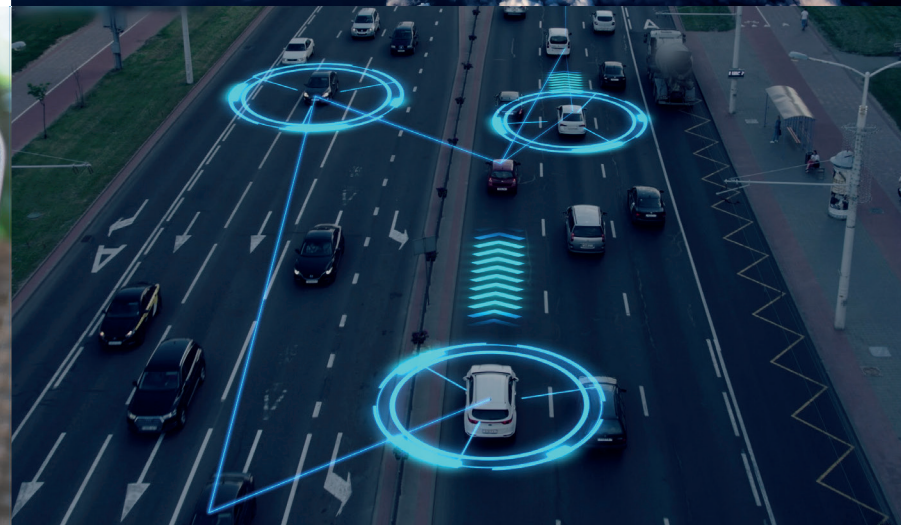
Tudo desenvolvido para aumento da eficiência e da lucratividade de cada cliente.

Como uma integradora de soluções, a Omnilink disponibiliza o conjunto certo de tecnologias para conectar todos os pontos do mercado de transporte e logística, atuando diretamente com montadoras, transportadoras, embarcadores, grandes varejistas, seguradoras, gerenciadoras de risco e profissionais autônomos.

**Nosso objetivo é tornar o mundo cada vez mais integrado, conectado e seguro.**


 **11 4003 6754**    **omnilink.com.br**

 /omnilinktecnologia    /omnilinktecnologia    /company/omnilinkbr



### DESTAQUES 2022

 **Aumento no Lucro Líquido de 188,5%**

 **Margem EBITDA de 28%** (aumento de 4,5 p.p.)



# Omnilink Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.585.974/0001-72

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** A Administração da Omnilink Tecnologia S.A. submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.883	21.404	Fornecedores	14	16.202	21.929
Contas a receber	4	31.636	19.203	Empréstimos e financiamentos	15	17.675	16.084
Estoque	5	24.669	17.433	Debituras a pagar	15.1	7.931	701
Impostos a recuperar	6	5.614	6.937	Passivos de arrendamento	16	1.805	1.189
Outras contas a receber		1.859	1.465	Salários, provisão para férias e encargos	17	5.905	7.970
Total do ativo circulante		69.661	66.442	Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	1.706	1.073
<b>Não circulante</b>				Impostos e contribuições parcelados	17	4.551	4.113
Contas a receber	4	3.004	910	Adiantamentos de clientes	19	10.560	4.901
Impostos a recuperar	6	2.430	–	Passivo relacionado ao ativo mantido para venda	21	–	25.000
Indenizações a receber	7	12.270	11.823	Total do passivo circulante		67.588	83.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	26.809	18.341	<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	23.3	1.360	1.296	Empréstimos e financiamentos	15	11.686	9.747
Depósitos judiciais	20	3.698	4.534	Debituras a pagar	15.1	51.739	57.332
Outras contas a receber		1.051	850	Passivos de arrendamento	16	1.298	573
Total do ativo realizável a longo prazo		50.622	37.756	Impostos e contribuições parcelados	19	17.963	14.280
Investimentos	9	–	23.778	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.028	599
Imobilizado	10	25.208	29.154	Provisão para riscos	23	7.438	7.957
Propriedades para investimento	11	23.114	–	Total do passivo não circulante		91.152	90.786
Direito de uso	12	3.024	1.762	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível:				Capital social	24	103.669	185.104
Ativo em aquisição de investimentos	13	102.858	102.858	Reservas de lucros	24	17.444	–
Outros intangíveis	13	16.558	16.155	Ajuste de avaliação patrimonial	24	11.192	–
Total do ativo não circulante		221.384	211.463	Prejuízos acumulados		–	(81.435)
				Total do patrimônio líquido		132.305	103.669
<b>Total do ativo</b>		<b>291.045</b>	<b>277.905</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>291.045</b>	<b>277.905</b>

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		185.104	–	–	–	(89.364)	95.740
Lucro do exercício		–	–	–	–	7.929	7.929
Saldos em 31 de dezembro de 2021		185.104	–	–	–	(81.435)	103.669
Redução de capital social mediante a absorção de prejuízos acumulados, conforme AGE de 26 de maio	24.a	(81.435)	–	–	–	–	81.435
Ajuste de avaliação patrimonial	24.b	–	11.192	–	–	–	11.192
Lucro do exercício		–	–	–	–	22.878	22.878
Destinações do resultado do exercício:							
Constituição de reserva legal	24.c	–	–	1.144	–	(1.144)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	24.c	–	–	–	–	(5.343)	(5.343)
Constituição de retenção de lucros	24.c	–	–	–	–	16.300	(16.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		103.669	11.192	1.144	–	16.300	132.305

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Omnilink Tecnologia S.A. ("Omnilink" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de tecnologia para integração completa de soluções para gerenciamento de risco, gestão de frota, rastreamento de veículos, telemetria avançada, iscas eletrônicas de carga e câmeras embarcadas, aumentando a eficiência e reduzindo os custos operacionais dos seus clientes. **1.1 Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 22.878 (R\$ 7.929 em 31 de dezembro de 2021), e possui capital circulante líquido positivo de R\$ 2.073 (R\$ 17.006 em 31 de dezembro de 2021). A melhoria do capital circulante líquido no exercício de 2022 foi proveniente substancialmente pela liquidação do Passivo relacionado ao ativo mantido para venda, de R\$ 25.000, com dação em pagamento das controladas da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 21. A administração avaliou constantemente a lucratividade de suas operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria da gestão de capital de giro. **1.2 Eventos significativos:** Em 24 de maio de 2020, foi proferida sentença judicial favorável à Companhia contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual de São Paulo, em um dos processos (no montante de R\$ 36.705 em 31 de dezembro de 2021), que trata sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, o trâmite em julgamento ocorreu e os autos foram baixados ao TJSP. Em 10 de fevereiro de 2022 foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da Companhia para Omnilink Tecnologia S.A. Em 11 de maio de 2022, o Tribunal de Impostos e Taxas proferiu decisão final favorável à Companhia, contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual de São Paulo, em um dos processos no montante de R\$ 64.844, que tratava sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia. O respectivo processo estava classificado com probabilidade de perda possível, para as quais não há provisões contabilizadas.

#### 2. Base de preparação

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 28 de março de 2023. **2.3 Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: (a) Provisão para perdas esperadas do contas a receber - nota explicativa nº 4, (b) Provisão para perdas de estoques - nota explicativa nº 5, (c) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativo - nota explicativa nº 13, (d) Impostos diferidos - nota explicativa nº 8, (e) Provisão para riscos vinculados a processos judiciais - nota explicativa 23. **2.4 Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas notas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. **2.6 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores apresentados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.7 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez equivalente e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **2.8 Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável. **2.9 Imobilizado, Reconhecimento e mensuração:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, considerando a vida útil econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato, a Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetua periodicamente a revisão da vida útil econômica dos bens e não identificou alterações relevantes. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	5 a 7
Equipamentos de informática	3 a 10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 20
Móveis e utensílios	6 a 15
Veículos	3
Benefícios em propriedade de terceiros	5
Outros	3 a 5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada balanço e ajustados caso seja apropriado. **Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é revalorizada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa revalorização é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido. **2.10 Propriedades para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e avaliada ao custo. Quando o ativo é avaliado ao valor justo, o custo e o valor justo são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas na avaliação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **2.11 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições: - a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; - a intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; - a habilidade de usar o ativo intangível; - Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; - a disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e - a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Somente quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperação do ativo financeiro é dada a soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. **2.12 Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment):** Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados com base na perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito no balanço; e Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: É pouco provável que o devedor financeiro irá cumprir suas obrigações de crédito e a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ativos financeiros com problemas de recuperação Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. - Evidência objetiva de que ativos e outros resultados foram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; - Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA). **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é debitado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperação do ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis

de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ativo de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados, ao valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.13 Ativo:** A Companhia registra nesse subgrupo o ativo por expectativa de rentabilidade futura. Os ativos fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ativos deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. **2.14 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis e o passivo de amortização do ativo seja realizado, com base nas aliquotas previstas na legislação tributária. A base nas aliquotas vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** o imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **Impostos diferidos ativos e passivos** são mensurados pelas aliquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas aliquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual a Companhia opera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.15 Provisão para riscos:** As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas. **2.16 Reconhecimento da receita:** a receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, ou pelo custo de aquisição, dependendo das despesas de vendas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outros deduzidos similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia; (v) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização. As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de voz e outros serviços. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos Financeiros: (i) Não reconhecidos: caso passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais. **2.18 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente pelo preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos Financeiros: (i) Não reconhecidos: caso passivo e um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. (ii) Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (iii) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (iv) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (v) É mantido dentro de um modelo de negócios que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor o custo de aquisição; ou (vi) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descompasso contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do modelo de negócios para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são someramente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera: (i) Eventos contingentes que modifiquem o valor e a época dos fluxos de caixa; (ii) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a penalidade ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério e o valor justo do pré-pagamento por insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecida no resultado. Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. - Evidência objetiva de que ativos e outros resultados foram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; - Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA). **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é debitado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperação do ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>		26	194.935
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>		27	(105.623)
<b>Lucro bruto</b>			89.312
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	27	(19.172)	(21.142)
Com vendas	27	(16.203)	(15.583)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes		4	(3.431)
Resultado de equivalência patrimonial		9	(66)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(7.271)	(4.989)
<b>Lucro operacional</b>		43.169	31.575
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	28	4.684	3.066
Despesas financeiras	28	(28.985)	(26.967)
(24.301)		(23.901)	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		18.868	7.674
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	8.b	(4.030)	(1.353)
Diferidos	8.b	8.040	1.608
<b>Lucro do exercício</b>		22.878	7.929
<b>Lucro por ação - básico e diluído - R\$</b>	25	0,771	0,089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

		31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício		22.878	7.929

# Omnalink Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.585.974/0001-72

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, ou que ocorrer primeiro. **2.24 Novas Normas e Interpretação ainda não efetivas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23); • IFRS 17 Contratos de seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); • Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/22	31/12/21
Caixa e bancos (a)	3.400	5.104
Títulos de capitalização (b)	42	65
Fundos de investimentos (c)	1.246	1.965
Certificado de Depósito Bancário - CDB (d)	1.195	14.270
Total	5.883	21.404

(a) Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil. (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança. (c) O fundo de investimento é composto por cotas de fundos de investimentos cuja a carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata, referenciados em DI. (d) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 100% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de dezembro de 2022 (99% em 31 de dezembro de 2021) e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

### 4. Contas a receber

	31/12/22	31/12/21
Contas a receber de clientes	34.370	23.480
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 20)	2.194	2.360
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(1.924)	(5.727)
Total	34.640	20.113

Ativo circulante 31.636 19.203  
Ativo não circulante 3.004 910  
O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:  
A vencer 32.013 15.374  
Vencidos:  
Até 30 dias 2.200 2.628  
Entre 31 e 90 dias 789 1.776  
Entre 91 e 180 dias 780 1.472  
Entre 181 a 360 dias 782 1.591  
Acima de 360 dias - 2.999  
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes (1.924) (5.727)  
Total 34.640 20.113

As contas a receber de clientes são representadas pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificadas como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável). As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são constituídas com base no modelo apresentado no CPC 48, com base nos percentuais históricos de perda e comportamento da inadimplência da carteira de clientes. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, para os demais fatos do aging de títulos vencidos, a Companhia realiza a provisão com base no percentual histórico de perdas dos últimos 12 meses. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes tem montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber. A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31/12/22	31/12/21
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.611)	(3.116)
Adições	(5.727)	(7.231)
Perdas efetivadas	3.434	(2.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.924)	(5.727)

### 5. Estoques

	31/12/22	31/12/21
Matéria-prima	4.293	4.128
Produtos em elaboração	1.090	1.096
Produtos acabados	7.617	4.539
Mercadorias para revenda	4.303	4.027
Equipamentos e peças em poder de terceiros	14.919	8.663
Materiais de consumo e importações em andamento	1.476	576
Total	33.698	23.029

Provisão para perdas nos estoques (\*) (9.029) (5.596)  
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (24.669) 17.433  
(\*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:  
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (3.126)  
Constituição de provisão (2.539)  
Reversões de provisões 69  
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (5.596)  
Constituição de provisão (3.433)  
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (9.029)

### 6. Impostos a recuperar

	31/12/22	31/12/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	6.124	5.136
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019 (**)	778	777
INSS a recuperar	405	142
Imposto Sobre Serviços - ISS	393	404
PIS e COFINS a recuperar	144	37
Imposto de Renda Retido na fonte sobre aplicações financeiras	77	305
Outros impostos a recuperar	123	136
Total	8.044	6.937

Ativo circulante 5.614 6.937  
Ativo não circulante 2.430 -  
(\*) Os créditos de ICMS foram gerados de operações de aquisições de serviços de comunicação por satélite e de transferência para terceiros, em operações de assistência técnica e serão compensados com débitos decorrentes de vendas no mercado interno. De acordo com as projeções financeiras da Companhia, os respectivos créditos serão recuperados em até 24 meses. (\*\*) A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos fiscais implementado pela Lei nº 8.248, 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como "Lei da Informática". Esta nova legislação para setor de tecnologia da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs (nota explicativa nº 22.b).

### 7. Indenizações a receber

Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rododis Rastreamento de Veículos Ltda. ("Rododis") em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. ("Control Loc") em março de 2008, Teletim Telecom Ltda. ("Teletim") em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. ("ControlSat") em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem com perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente. Em 19 de junho de 2019, com a alteração societária, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., assumiu contratualmente a responsabilidade por contingências registradas em indenizações a receber que eram de responsabilidade dos ex-acionistas. Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelo acionista da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	31/12/22	31/12/21
Processos materializados e pagos	-	-
Riscos ainda não pagos, mas provisionados no passivo (*)	-	-
Total	-	-

A receber de ex-sócios - 322  
A receber do acionista da Companhia 9.297 11.501  
Total das indenizações a receber 9.297 11.823  
(\*) Do montante de R\$ 9.297, R\$1.026 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parceladas (nota explicativa nº 19), enquanto R\$1.947 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 23). A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

	31/12/22	31/12/21
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.929	355
Processos a receber do acionista da Companhia	355	539
Atualização monetária a receber do acionista	11.623	1.692
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.623	1.692

Reversões a receber do acionista da Companhia (327)  
Reversões de processos de ex-sócios (1.346)  
Compensação parcial com saldo de dividendos a pagar ao acionista 428  
Atualização monetária a receber do acionista 12.270  
Saldo em 31 de dezembro de 2022 10.929

Em 31 de dezembro de 2022, o montante das indenizações a receber do acionista da Companhia é de R\$12.270 (R\$11.823 em 2021). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação no futuro com distribuição de dividendos. Do saldo em 31 de dezembro de 2022, R\$9.297 (R\$8.538 em 2021) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$2.973 (R\$2.963 em 2021) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, consequentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

**a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágio incorporados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/22	31/12/21
Adições temporariamente dedutíveis:		
Provisão para perdas de estoques	3.070	1.903
Provisão para riscos	2.053	2.278
Provisão para perdas de créditos esperadas	654	1.947
Provisões para serviços prestados	221	72
Outras provisões	940	705
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	58.838	58.831
Reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	6.452	-
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(3.517)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	70.228	62.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado, (44.447) (44.447)		
Total	25.781	17.742

Ativo não circulante 26.809 18.341  
Passivo não circulante (1.028) (599)  
A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 253.543 (R\$ 259.316 em 31 de dezembro de 2021), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição. A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, identificou a necessidade de ajuste no saldo de impostos diferidos no montante de R\$8.040, possibilitando a compensação futura dos créditos tributários nos próximos cinco anos. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Omnilink estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	31/12/22	31/12/21
2023	3.006	7.915
2024	4.544	7.915
2025	7.805	-
2026	10.426	-
Total	25.781	25.781

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

**b. Reconhecimento da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:  
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 18.868 6.774  
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - % 34% 34%  
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (6.415) (2.609)  
Reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias 6.452 -  
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (3.517) -  
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas 3.435 (820)  
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019 (820) (1.635)  
Gastos com pesquisa e desenvolvimento - Lei do Bem (424) (394)  
Compensação de prejuízo fiscal 1.782 595  
Imposto de renda e contribuição social: (4.010) 255  
Correntes (4.030) (1.353)  
Diferidos 8.040 1.608  
Taxa efetiva -21% -3,6%

### 9. Investimentos

(i) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia. (ii) Em 3 de outubro de 2019, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 14.410 na controlada BLCKD I Participações S/A, através de transferência de um terreno. (iii) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia. (iv) Em 29 de setembro de 2020, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada PRMOII Participações S/A, para Companhia e na mesma data, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 8.400 na controlada, através de transferência de um terreno. (v) Em 10 de agosto de 2022, a Companhia efetuou a cessão de ações das suas controladas PRMOII Participações S/A e BLCKD I Participações S/A, para FIP Pátria, em dação em pagamento para liquidação do passivo relacionado ao ativo mantido para venda, no montante de R\$ 25.000 (nota explicativa nº 21) A composição dos investimentos é como segue:

	31/12/22	31/12/21
Investimentos (*)	-	-
Investimentos	23.778	23.778
Total	23.778	23.778

(\*) A PRMOII e BLCKD I apresentaram prejuízo em 2022 (até 10 de agosto de 2022), no montante de R\$ 66 (R\$ 54 e R\$ 12), respectivamente.  
Abaixo seguem as informações das controladas em 31 de dezembro de 2021

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	% Participação
BLCKD I Participações S/A	14.410	7.204	14.943	(67)	100%
PRMOII Participações S/A	10.590	1.155	9.435	(416)	100%
Total	25.000	1.222	23.778	(483)	100%

**10. Imobilizado**

	31/12/22	31/12/21
Rastreadores em comodato Terrenos (*)	14 a 20	60.933
Veículos	20	1.034
Beneficentários em propriedade de terceiros	20 a 33,33	4.972
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.736
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.419
Equipamentos de informática	10 a 33,33	12.197
Outros	10 a 20	1.221
Total	83.512	(58.304)

A movimentação do imobilizado nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/22	Adições	Transferências(**)	Baixas	Depreciações	31/12/21
Rastreadores em comodato Terrenos (*)	22.130	6.881	-	-	(6.292)	22.719
Veículos	4.714	422	(11.922)	-	-	4.714
Beneficentários em propriedade de terceiros	659	345	-	(9)	(196)	799
Máquinas e equipamentos	410	61	-	(27)	(73)	371
Móveis e utensílios	298	60	-	-	(78)	280
Equipamentos de informática	344	76	-	-	(318)	102
Outros	79	11	-	-	(11)	79
Total	29.154	15.060	(11.922)	(36)	(7.048)	25.208

Rastreadores em comodato Terrenos (\*) 4.718 4.718  
Beneficentários em propriedade de terceiros 247 699 (188) (101) 659  
Veículos 577 699 (188) (101) 659  
Máquinas e equipamentos 467 17 - (67) 74  
Equipamentos de informática 960 11 - (627) 344  
Móveis e utensílios 331 52 - (85) 298  
Outros 56 142 (82) (37) 79  
Total 26.302 9.942 (270) (6.820) 29.154

(\*) Os terrenos adquiridos até o exercício de 2020, foram cedidos em alienação fiduciária, para garantia de operação de debêntures (conforme divulgado na nota explicativa nº 11) **Teste de redução ao valor recuperável (Impairment):** Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01 (R1) Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Empresa efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e não identificou indicativos de não recuperabilidade, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados.

### 11. Propriedades para investimento

Em 2022, a Companhia optou com base nas perspectivas de utilização dos terrenos classificados no ativo imobilizado, reclassificar para a rubrica de "Propriedades para investimento", com o objetivo de valorização de capital, para garantia de operações financeiras de debêntures, empréstimos e financiamentos. Os montantes classificados em propriedades para investimento são de R\$11.922. As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa de avaliação externa e independente. O valor justo foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado, que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Para o exercício final em 31 de dezembro de 2022, o valor justo atribuído destas propriedades, reduzindo eventuais custos de transação foi no montante de R\$23.114. O ajuste ao valor justo no montante de R\$11.192, foi contabilizado no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial. As propriedades para investimento com valor justo no montante de R\$13.182, foram cedidas em alienação fiduciária, para garantia na operação de debêntures (conforme divulgado na nota explicativa nº 15.1).

	31/12/20	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/21
Rastreadores em comodato Terrenos (*)	18.944	9.021	-	(5.835)	22.130
Beneficentários em propriedade de terceiros	4.718	699	(188)	(101)	4.718
Veículos	577	699	(188)	(101)	659
Máquinas e equipamentos	467	17	-	(67)	410
Equipamentos de informática	960	11	-	(627)	344
Móveis e utensílios	331	52	-	(85)	298
Outros	56	142	(82)	(37)	79
Total	26.302	9.942	(270)	(6.820)	29.154

(\*) Os terrenos adquiridos até o exercício de 2020, foram cedidos em alienação fiduciária, para garantia de operação de debêntures (conforme divulgado na nota explicativa nº 15.1). (\*\*) Em 2022, a Administração da Companhia reavaliou a classificação dos terrenos e reclassificou para propriedade para investimentos, em decorrência da utilização destes terrenos para garantia em operações financeiras de debêntures, empréstimos e financiamentos, refletindo desta forma a melhor apresentação no contexto das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, (conforme divulgado na nota explicativa nº 11) **Teste de redução ao valor recuperável (Impairment):** Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01 (R1) Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Empresa efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e não identificou indicativos de não recuperabilidade, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados.

**12. Direitos de uso**

	31/12/22	31/12/21
Direito de uso de imóveis	16,67 a 33,33	1.868
Direito de uso de veículos	33,33	3.683
Total	5.551	(2.527)

A movimentação dos direitos de uso nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/21	Adições	Amortizações	31/12/22
Direito de uso de imóveis	1.098	275	(630)	743
Direito de uso de veículos	664	2.341	(724)	2.281
Total	1.762	2.616	(1.354)	3.024

Direito de uso de imóveis 1.345 309 (556) 1.098  
Direito de uso de veículos 1.065 451 (852) 664  
Total 2.410 760 (1.408) 1.762  
(\*) Refere-se à renovação de saldos de passivos de arrendamento, para refletir a expectativa dos valores que serão pagos, em decorrência da renovação e rescisão de contratos efetuada em 2022 e 2021.

**13. Intangível**

	31/12/22	31/12/21
Ágio na aquisição de controladas (a):		
Control Loc	48.048	(15.225)
Rododis	11.172	(11.172)
ControlSat	7.946	(7.946)
Ágio - CISR	73.721	(3.686)
Total	140.887	(38.029)

Outros intangíveis: Desenvolvimento de produtos e serviços (b) 54.933 (38.700) 16.233 15.560  
Softwares (c) 13.919 (13.594) 325 595  
Total 68.852 (52.294) 16.558 16.155

Total 209.739 (90.323) 119.416 119.013  
(a) Os ágio fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração, com base nos orçamentos utilizando-se de informações disponíveis de desempenhos anteriores. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento

# Omnilink Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.585.974/0001-72

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

← continuação

	Show Prestadora de Serviço Ltda. (Acionista)		BLCKD I S.A. (Controlada)		PRMOI S.A. (Controlada)		CEABS Serviços S.A. (Coligada)	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/22	31/12/21	31/12/21	31/12/22	31/12/21
<b>Resultado</b>								
<b>Receitas</b>								
Receita líquida de vendas de produtos (i)	-	599	-	-	-	-	120	-
Receita líquida de vendas de serviços(ii)	707	2.783	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária sobre indenizações (ii)	428	534	-	-	-	-	-	-
Juros sobre contratos de mútuo (iii)	1.045	834	-	1	3	6	-	-
	<b>2.180</b>	<b>4.750</b>	-	-	1	3	<b>6</b>	<b>120</b>
<b>Custos e despesas</b>								
Custos dos produtos vendidos (i)	-	(505)	-	-	-	-	(82)	-
Custos dos serviços prestados(i)	(450)	(1.770)	-	-	-	-	-	-
	<b>(450)</b>	<b>(2.275)</b>	-	-	-	-	<b>(82)</b>	-
<b>Total</b>	<b>1.730</b>	<b>2.475</b>	-	-	1	3	<b>6</b>	<b>38</b>

(i) Saldos representados por vendas de produtos, licença de uso de software, prestação de serviços de assessoria técnica e operacional. (ii) Saldos de indenização a receber - conforme descrito na nota explicativa nº 7 (iii) Saldo a receber representado por contrato de mútuo, sujeitos a 100% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescidos de spread de 3,66% ao ano, com prazo de vencimento até 31 de dezembro de 2023. A movimentação do contrato de mútuo no ativo não circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Valores cedidos		3.691
Juros provisionados		843
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>4.534</b>
Valores cedidos		2.611
Aumento de capital em controlada PRMOI, com saldo de mútuo em 31 de janeiro		(405)
Amortização parcial de saldo de mútuo com acionista, com compensação de dividendos a pagar		(4.088)
Juros provisionados		1.046
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>3.698</b>

**b. Remuneração dos administradores:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os honorários dos administradores foram de R\$1.086 e R\$1.118, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões), outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo).

### 21. Passivo relacionado ao ativo mantido para venda

Em 17 de outubro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. cedeu a Companhia, a obrigação de pagamento do preço de compra das debêntures, no montante de R\$ 28.972, a ser cumprida até 30 de junho de 2022, "por solicitação do ex-acionista", mediante a dação em pagamento ao Fundo de Investimento Pátria, de ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia a BLCKD I Participações S/A e PRMOI Participações Ltda., cujo patrimônio será composto unicamente, por dois imóveis com valor de avaliação de venda forçada de R\$ 25.000. Em 31 de dezembro de 2021, os dois imóveis ("terrenos") localizados no município de Candeias - BA, no valor de R\$ 25.000, estão contabilizados na conta de ativo não circulante mantido para venda. Em 10 de agosto de 2022, a Companhia efetuou a liquidação do passivo relacionado ao ativo de mantido para venda, com a dação em pagamento ao Fundo de Investimento Pátria, com ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia.

### 22. Benefícios fiscais

**a. ICMS:** A Companhia possui, no Estado de Minas Gerais, benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica "Deduções de vendas". Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$50 e R\$1.184, respectivamente. **b. IPI:** A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como "Lei de Informática". Esta nova legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs. As alterações definidas nesta nova legislação iniciaram a partir de 1º de abril de 2020, sendo que as alíquotas do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior. Com base nessa nova legislação a partir de 1º de abril de 2020 as empresas beneficiadas pela Lei de TICs poderão usufruir de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. Este crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática, que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. Esta legislação terá vigência até 31 de dezembro de 2029. O respectivo benefício fiscal é contabilizado no resultado na rubrica de outras (despesas) operacionais, liquidas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o benefício refletido no resultado foi de R\$ 2.413 e R\$4.808, respectivamente. Destes montantes, R\$ 2.412 e R\$4.031 foram compensados com débitos de impostos federais no decorrer de 2022 e 2021, respectivamente.

### 23. Provisão para riscos e depósitos judiciais

**23.1 Provisões contabilizadas:** A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e civis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	31/12/22	31/12/21
Trabalhistas (a)	1.893	724
Tributários (b)	2.211	1.233
Obrigações com terceiros (c)	548	2.692
Cíveis (d)	2.786	3.308
<b>Total</b>	<b>7.438</b>	<b>7.957</b>

(a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial. (b) Referem-se a discussão com a Agência Nacional do Cinema - (ANCINE), relativa à incidência de contribuição "CONDECINE", nas atividades da Companhia e exigibilidade suspensa por medida judicial liminar de ação de INSS. (c) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários ("success fee"), com classificação de risco possível. (d) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados. Em 31 de dezembro de 2022, parte das provisões, no valor de R\$1.399, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente ao são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 7. A movimentação das provisões é como segue:

	Atualização		Pagamento		Levantamento de Transferências		Deposito Judicial		Rendências	
	31/12/22	Adições	31/12/22	Adições	31/12/22	Adições	31/12/22	Adições	31/12/22	Adições
Trabalhistas	724	1.484	291	(648)	-	-	-	-	42	1.893
Tributários	1.233	939	39	-	-	-	-	-	-	2.211
Obrigações com terceiros	2.692	779	570	(1.917)	-	-	-	-	(1.576)	548
Cíveis	3.308	1.389	475	(1.871)	-	-	(1.190)	675	2.786	-
<b>Total</b>	<b>7.957</b>	<b>4.591</b>	<b>1.375</b>	<b>(4.436)</b>	-	-	<b>(1.190)</b>	<b>(859)</b>	<b>(859)</b>	<b>7.438</b>

(\*) Em adições, o montante de R\$ 355 referem-se a processos para ressarcimento do acionista, contabilizada em contrapartida a conta de indenizações a receber. Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os passivos contingentes estão assim representados:

	31/12/22	31/12/21
Tributários (*)	28.275	91.414
Trabalhistas	1.372	14.685
Cíveis	6.040	3.342
<b>Total</b>	<b>35.687</b>	<b>109.441</b>

(\*) Em 11 de maio de 2022, o Tribunal de Impostos e Taxas proferiu decisão final favorável a Companhia, contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual de São Paulo, em um dos processos no montante de R\$ 64.844, que tratava sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia. Neste contexto, a classifica-

ção de risco do processo foi alterada de possível para remoto. **23.2 Contingências passivas para as quais não há provisões:** Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir: **a. ICMS sobre prestação de serviços de comunicação:** Processos remanescentes na esfera administrativa e judicial, no montante de R\$8.159 (acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2022, que aguardam julgamento, relativo a discussão de incidência de ICMS sobre as operações da Companhia. No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Em 23 de setembro de 2021 foi publicada a Lei Complementar 183, que explicita a incidência do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga. O texto incluiu nova situação de incidência do ISS, referente aos "serviços de monitoramento e rastreamento a distância de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento". O objetivo foi pacificar o entendimento da tributação devida sobre esse tipo de serviço. Atualmente, alguns estados entendem que ele é regido pelo ICMS. **b. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST:** Referem-se a disputa com a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, no montante de R\$4.051 (acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2022, relacionada a incidência do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNITTEL sobre o faturamento de prestação de serviços da empresa Rodos Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. **23.3 Depósitos judiciais:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme abaixo:

	31/12/22	31/12/21
Trabalhistas	85	28
Tributários	346	346
Cíveis	929	924
<b>Total</b>	<b>1.360</b>	<b>1.298</b>

### 24. Patrimônio líquido

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$103.669 (R\$185.104 em 2021), representado por 13.355.660 e 52.515.927 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, respectivamente, e percentente aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	31/12/22	31/12/21
		185.104	-
		(81.435)	-
		103.669	-

Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. Segue abaixo movimentação do capital social em 2022 e 2021

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Redução de capital mediante a absorção de prejuízos acumulados, em 26 de maio

Saldo em 31 de dezembro de 2022

**b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Em 2022, a Companhia optou, com base nas perspectivas de utilização dos terrenos classificados originalmente no ativo imobilizado, reclassificar para a rubrica de "Propriedades para investimento", com o objetivo de valorização de capital, para garantia de operações financeiras de debêntures, empréstimos e financiamentos. O efeito do ajuste ao valor justo no montante de R\$11.192, foi contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajuste de Avaliação Patrimonial", conforme mencionado na nota explicativa nº 11. **c. Reservas de Lucros:** • **Reserva legal:** Calculada à razão de 5% do lucro líquido ajustado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.144; • **Retenção de Lucros:** Constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro ou para futura distribuição para os acionistas. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 16.300. **d. Dividendos:** A Companhia reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPQ RB (11) - Contabilização dos Pagamentos dos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório que é reconhecido nas demonstrações financeiras independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia. Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi creditado ao acionista dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 5.434. O valor total dos respectivos dividendos mínimos, foram compensados com saldo parcial de mútuo e indenizações a receber do acionista. O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, de acordo com o Estatuto Social, está demonstrado abaixo:

	31/12/22	31/12/21
Lucro do exercício	22.278	22.278
Constituição de reserva legal - 5%	(1.144)	(1.144)
Lucro líquido após a apropriação da reserva legal	21.734	21.734
<b>Dividendo mínimo obrigatório a pagar - 25%</b>	<b>5.434</b>	<b>5.434</b>

### 25. Lucro por ação - básico e diluído

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básicos por ação:

	31/12/22	31/12/21
Resultado básico por ação:		
Numerador:		
Lucro do exercício	22.278	7.929
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias - em milhares	36.199	52.516
Resultado básico/diluído por ação - em reais	0,771	0,151

### 26. Receita líquida de vendas e serviços

	31/12/22	31/12/21
Receita Bruta	31/12/22	31/12/21
Vendas de produtos e mercadorias	58.473	56.250
Licença de uso de software	123.419	121.089
Serviços de assistência técnica	24.836	19.394
Comunicação e processamento de dados	21.926	18.184
Monitoramento (auxílio na localização)	2.541	4.435
Loações	29	43
	231.224	219.393
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(15.866)	(18.034)
Impostos sobre vendas de serviços	(15.481)	(13.006)
Devoluções de vendas	(4.942)	(4.041)
	(36.289)	(35.081)
	194.935	184.314

### 27. Custos e despesas por natureza

	31/12/22	31/12/21
<b>Despesas por natureza:</b>		
Salários, provisões, encargos e benefícios	(38.360)	(41.104)
Telefonia de dados e comunicação por satélite	(31.849)	(31.650)
Custos dos produtos vendidos	(24.982)	(29.857)
Data center, telemetria e licença de uso	(12.166)	(11.311)
Depreciações e amortizações	(11.172)	(11.394)
Custos com assistência técnica	(6.904)	(7.964)
Provisão para obsolescência e perdas de estoques	(4.591)	(2.733)
Viagens e deslocamentos	(4.506)	(3.495)
Consultoria em tecnologia da Informação	(3.827)	(3.017)
Assessoria financeira, técnica e contábil	(2.920)	(3.237)
Honorários e gratificações a administradores	(2.291)	(1.717)
Crédito Financeiro Lei de Informática 13.969/2019	(1.086)	(1.118)
Outras despesas	2.413	4.808
	(6.518)	(5.351)
<b>Total</b>	<b>(148.269)</b>	<b>(149.140)</b>

**Despesas por função:**

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(105.623)	(110.427)
Despesas gerais e administrativas	(19.172)	(21.142)
Despesas com vendas	(16.203)	(15.583)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.271)	(1.989)
<b>Total</b>	<b>(148.269)</b>	<b>(149.140)</b>

### 28. Resultado financeiro

	31/12/22	31/12/21
<b>Receitas Financeiras:</b>		
Juros sobre contratos com partes relacionadas	1.046	843
Juros sobre contratos de clientes	815	591
Descontos obtidos	778	-
Juros ativos	617	349
Rendimentos sobre aplicações financeiras	447	411
Atualização monetária sobre indenizações a receber	428	539
Variações cambiais sobre fornecedores	369	281
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	54	36
Demais receitas financeiras	130	16
<b>Total</b>	<b>4.684</b>	<b>3.066</b>

### DIRETORIA

<b>Eduardo Leite Cruz Lacet</b> Presidente	<b>Cristiane Akiko Momoi</b> Vice Presidente	<b>Alexandre Ferreira da Silva</b> Diretor Financeiro - CRC 1SP 181.366/O-9
---	---	--

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da Omnilink Tecnologia S.A.

Barueri - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Omnilink Tecnologia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omnilink Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Valor recuperável de ativo com vida útil indefinida

**Veja a nota 13 das demonstrações financeiras**

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial um saldo relevante de ativo referente à aquisição da Control Loc, Rodosis, ControSat e a CISR. Conforme o CPC 01, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida (ativo). O teste de redução ao valor recuperável está sujeito a incertezas relacionadas às premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, principalmente, a determinação da taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto. Devido às incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, tais como, taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto, e comparamos essas premissas com informações de mercado levando em consideração nosso conhecimento sobre a Companhia e a indústria em que ela opera. Adicionalmente, efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas no modelo adotado pela Companhia, assim como análise da performance atual em comparação com o período do ano anterior. Também avaliamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos do ativo, no tocante à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e/ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável